



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Interino Luiz Carlos Pereira

Telefone: (65) 3613-7589/3613-7588

e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**RELATÓRIO COMPLEMENTAR DE AUDITORIA DE CONFORMIDADE SOBRE OS
ATOS DE GESTÃO DA PREFEITURA DE RONDONÓPOLIS DE 2016**

Membros da equipe de auditoria

Marcelo Takao Tanaka e Sérgio Henrique Pio de Sales
(Auditores Públicos Externos)

Francislene França Fortes
(Supervisora)

Cuiabá -MT, 27 de Abril de 2018.



1INTRODUÇÃO.....	3
1.1 Do pedido.....	3
1.2 Histórico.....	4
1.3 Novos documentos juntados após Relatório Conclusivo.....	4
2PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO.....	6



PROCESSO Nº	: 214698/2016
PRINCIPAL	: PREFEITURA DE RONDONÓPOLIS - MT
CNPJ	: 03.347.101/0001-21
ASSUNTO	: AUDITORIA DE CONFORMIDADE - Complementar
GESTOR	: PERCIVAL SANTOS MUNIZ
RELATOR	: CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA
EQUIPE TÉCNICA	: MARCELO TAKAO TANAKA SÉRGIO HENRIQUE PIO DE SALES

1 INTRODUÇÃO

1.1 Do pedido

Trata-se do Requerimento protocolado, em 26/03/2018, pelo Sr. José Carlos Junqueira de Araújo, Prefeito Municipal, o qual faz o pedido de nova análise pela Secex desta 3º Relatoria, dos achados de auditoria 7, 8 e 9, que se referem à não apropriação do Pasep, aos pagamentos de multa e juros advindas do parcelamento do Pasep, bem como ao pagamento irregular à empresa Urbis, relativo à recuperação/compensação de créditos

referente ao PASEP (Documento Digital nº 42306/2016). Na oportunidade, o Gestor junta documentos complementares à defesa da Auditoria de Conformidade, Processo nº 21.469-8/2016.

Após análise sumária dos documentos complementares, o Relator verificou que se tratam de documentos relativos à matéria de direito, ainda não analisados pela Equipe Técnica e pelo Ministério Público de Contas, os quais, à luz do princípio da verdade real e do formalismo moderado, merecem apreciação, em especial, porque o supracitado processo encontra-se pendente de julgamento e, por conseguinte, as informações prestadas podem ter o condão de influir na análise, por parte deste Relator, dos achados de Auditoria apontados.

1.2 Histórico

Um breve histórico do Processo nº 214698/2016:



- Emissão do Relatório Preliminar em **15/12/2016**;
- Relatório enviado à SECEX para análise da defesa em **30/06/2017**;
- Emissão do Relatório Conclusivo em **14/08/2017**;
- Emissão do Parecer do MPC em **19/09/2017**.

Processualmente, após Relatório Conclusivo (Análise da defesa), abre-se a fase de “Alegações Finais”.

O RITCE/MT veda a juntada de documentos (Instrução Processual - Disposições Gerais – Art. 141, caput e § 2º).

Porém:

1.3 Novos documentos juntados após Relatório Conclusivo

Após Relatório Conclusivo foram juntados os seguintes documentos:

- 1ª Juntada de Documento Externo em **16/10/17**
 - Solicitação de cópia por Luiz Mário de Barros.
 - 2ª Juntada de Documento Externo em **09/03/18**
 - Pedido de sobrestamento ou diligência até reanálise da RFB.
 - 3ª Juntada de Documento Externo em **27/03/18**
 - Alegação de erro no cálculo do PASEP.
- A. Não cabe ao TCE/MT fazer (ou refazer) o cálculo do PASEP devido à União. O relatório tratou, tão somente, do parcelamento lançado no Demonstrativo Contábil “Dívida Fundada”. O montante foi calculado e determinado pela RFB, e só ela pode retificar o valor;
- B. Ainda que o valor seja recalculado pelo TCE/MT (ressaltando não ser atribuição institucional desta Corte), o montante lançado na Dívida Fundada continuará a ser cobrado do município de Rondonópolis, uma vez que não houve alteração dos valores por parte da RFB. Assim, durante a instrução processual desta Auditoria de Conformidade, os pagamentos de juros e de multas, advindos das parcelas das dívidas, estão sendo suportados indevidamente pelo município (dívida continua sendo cobrada, causando danos ao erário);



- C. Além disso, ao fazer o parcelamento, houve confissão de dívida perante a RFB, fato que, considerando o CTN, torna a cobrança legítima e de improvável reversão por aquele órgão. Mesmo assim, ainda que isso ocorra, só ela tem essa competência. Um suposto novo cálculo realizado pelo TCE/MT não muda o valor a ser pago (reanálise inócua);
- D. Ainda que, contrariando o RITCE/MT, novos documentos tenham sido juntados após a análise da defesa, só caberia, hipoteticamente, nova análise se fosse apresentado novo auto de infração, retificando os anteriores, fato que não ocorreu.
- E. Por fim, recomenda-se o seguimento processual, pois:
- O município está sendo prejudicado ao assumir uma dívida, com juros e com multas, proveniente de ato ilegítimo dos responsáveis que deram causa à irregularidade;
 - Em linhas gerais, com base na documentação juntada, os responsáveis não questionam a existência, em si, da irregularidade, mas o seu montante;
 - Ainda que tenha sido formada “equipe técnica” para fazer “um levantamento minucioso dos documentos necessários ao ajuizamento de uma ação judicial”, isso não muda o fato de a dívida estar sendo cobrada e paga pelo município. O simples ajuizamento não suspende a dívida, mas sim possível decisão judicial favorável. Aliás, pelo decurso do prazo, a contestação já deveria ter sido realizada, seja no Poder Judiciário, seja na RFB. Isso porque o Relatório Preliminar, no qual consta as irregularidades relacionadas ao PASEP, foi emitido em **15/12/16** (Ofícios em 20/12/2016 / Termo de Recebimento em 06/02/2017 – conhecimento do fato pelo Prefeito, que solicitou análise da documentação).

➤ 4ª Juntada de Documento Externo em **28/03/18**

- Solicitação de cópia por Luiz Mário de Barros

Diante do exposto, mantém-se inalterada a Proposta de Encaminhamento.

2 PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, submete-se o presente relatório à consideração superior com as seguintes propostas de encaminhamento:

I. Aplicar as penalidades previstas no art. 70, I, no art. 75, II e III, da Lei Complementar nº 269/2007, c/c o art. 286, II, da Resolução nº 14/2007, art. 3º da Resolução Normativa nº 17/2016 e Resolução Normativa nº 02/2015 aos responsáveis indicados abaixo:



Responsável	Achado de auditoria (nº)	Códigos da irregularidade	Reincidência	Título do achado de auditoria
Sr. Percival Santos Muniz, Prefeito de Rondonópolis – MT	1 - descrito no item 2.1.	JB 01	Não	Autorização e Pagamentos dos repasses ao Serv Saúde em atraso, resultando em despesas ilegítimas com juros e multa, causando prejuízo aos cofres municipais, no valor de R\$ 593.711,04.
	2 - descrito no item 2.2.	JB 01	Não	Despesas irregulares e lesivas ao patrimônio público com pagamentos de juros e multa por atraso no repasse ao RGPS – INSS, no valor de R\$ 925,77.
	4 - descrito no item 2.4.	JB 01	Não	Houve despesa irregular de R\$ 141.337,43, advinda de suposta restituição/compensação devida por anulação do Contrato de Alienação 06/2012.
	5 - descrito no item 2.5.	BB 99	Não	Alienação de bem público imóvel, por meio da Concorrência Pública 11/2016, com valor inferior ao praticado no mercado, causando prejuízo ao erário municipal de R\$ 224.000,00.
Sr. Jamilio Adozino de Souza – Secretário de Finanças de Rondonópolis -MT	1 - descrito no item 2.1.	JB 01	Não	Autorização e Pagamentos dos repasses ao Serv Saúde em atraso, resultando em despesas ilegítimas com juros e multa, causando prejuízo aos cofres municipais, no valor de R\$ 593.711,04.
	2 - descrito no item 2.2.	JB 01	Não	Despesas irregulares e lesivas ao patrimônio público com pagamentos de juros e multa por atraso no repasse ao RGPS – INSS, no valor de R\$ 925,77.
Sr. José Carlos Junqueira de Araújo – ex- Prefeito de Rondonópolis -MT	3 - descrito no item 2.3.	GB 01	Não	As alienações de 4 (quatro) terrenos públicos ocorreram sem a realização de licitação na modalidade concorrência, descumprindo o art. 17 da Lei 8666/93.
	6 - descrito no item 2.6.	BA 01	Não	Houve irregularidade na alienação e na transmissão da propriedade de bem imóvel pertencente à Prefeitura de Rondonópolis.
	7 - descrito no item 2.7.	CB 06	Não	Não houve a apropriação do PASEP, entre os anos de 2009 e 2012, ocasionando o parcelamento desses débitos e gerando um passivo financeiro de R\$ 14.766.043,89 para o município de Rondonópolis em 2016.
	8 - descrito no item 2.8.	JB 01	Não	Houve pagamentos irregulares à Empresa URBIS (Instituto de Gestão Pública), relativos à recuperação/compensação de créditos, referente ao PASEP, no valor de R\$ 332.600,00, a despeito da inexecução do Contrato de Prestação de Serviços 5702/ 2010.
	9 - descrito no item 2.9.	JB 01	Não	Pagamento de despesas ilegítimas com juros e com multas, advindas de parcelamentos do PASEP, no valor de R\$ 1.965.429,22.
Sr. Ananias Martins de Souza Filho – ex-Prefeito de Rondonópolis -MT.	3 - descrito no item 2.3.	GB 01	Não	As alienações de 4 (quatro) terrenos públicos ocorreram sem a realização de licitação na modalidade concorrência, descumprindo o art. 17 da Lei 8666/93.



Responsável	Achado de auditoria (nº)	Códigos da irregularidade	Reincidência	Título do achado de auditoria
Sr. Valdemir Castilho Soares - Ex-Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia, Turismo e Desenvolvimento Econômico	3 - descrito no item 2.3.	GB 01	Não	As alienações de 4 (quatro) terrenos públicos ocorreram sem a realização de licitação na modalidade concorrência, descumprindo o art. 17 da Lei 8666/93.
	6 - descrito no item 2.6.	BA 01	Não	Houve irregularidade na alienação e na transmissão da propriedade de bem imóvel pertencente à Prefeitura de Rondonópolis.
Sr. Antônio Augusto de Lima - Ex-Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia, Turismo e Desenvolvimento Econômico	3 - descrito no item 2.3.	GB 01	Não	As alienações de 4 (quatro) terrenos públicos ocorreram sem a realização de licitação na modalidade concorrência, descumprindo o art. 17 da Lei 8666/93.
Sr. Fabrício Miguel Correa – Secretário Municipal de Governo.	4 - descrito no item 2.4.	JB 01	Não	Houve despesa irregular de R\$ 141.337,43, advinda de suposta restituição/compensação devida por anulação do Contrato de Alienação 06/2012.
BR Reformadora, Mecânica Diesel, Peças e Serviços LTDA EPP (Empresa Cidade Rondonópolis Transporte LTDA) – Empresa Contratada / Representante – Valmiro Marins de Sousa.	4 - descrito no item 2.4.	JB 01	Não	Houve despesa irregular de R\$ 141.337,43, advinda de suposta restituição/compensação devida por anulação do Contrato de Alienação 06/2012.
Sr. Adnan José Zagatto Ribeiro – Secretário Municipal de Administração.	5 - descrito no item 2.5.	BB 99	Não	Alienação de bem público imóvel, por meio da Concorrência Pública 11/2016, com valor inferior ao praticado no mercado, causando prejuízo ao erário municipal de R\$ 224.000,00.
Sr. Édio Gomes da Silva – Membro da Comissão de	5 - descrito no item 2.5.	BB 99	Não	Alienação de bem público imóvel, por meio da Concorrência Pública 11/2016, com valor inferior ao praticado no mercado, causando prejuízo ao erário municipal de R\$ 224.000,00.



Responsável	Achado de auditoria (nº)	Códigos da irregularidade	Reincidência	Título do achado de auditoria
Avaliação de Bens Imóveis.				
Sra. Elysangela Soares de C. Lira – Membro da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis.	5 - descrito no item 2.5.	BB 99	Não	Alienação de bem público imóvel, por meio da Concorrência Pública 11/2016, com valor inferior ao praticado no mercado, causando prejuízo ao erário municipal de R\$ 224.000,00.
Sra. Regina Celi Marques Ribeiro - ex-Secretária Municipal de Receita	7 - descrito no item 2.7.	CB 06	Não	Não houve a apropriação do PASEP, entre os anos de 2009 e 2012, ocasionando o parcelamento desses débitos e gerando um passivo financeiro de R\$ 14.766.043,89 para o município de Rondonópolis em 2016.
	9 - descrito no item 2.9.		Não	Pagamento de despesas ilegítimas com juros e com multas, advindas de parcelamentos do PASEP, no valor de R\$ 1.965.429,22.
URBIS – Instituto de Gestão Pública – Empresa Contratada / Representante e Legal/Presidente – Mateus Roberte Carias / Procuradora da Contratada – Gisélia Maria de Freitas	7 - descrito no item 2.7.	CB 06	Não	Não houve a apropriação do PASEP, entre os anos de 2009 e 2012, ocasionando o parcelamento desses débitos e gerando um passivo financeiro de R\$ 14.766.043,89 para o município de Rondonópolis em 2016.
	8 - descrito no item 2.8.	JB 01	Não	Houve pagamentos irregulares à Empresa URBIS (Instituto de Gestão Pública), relativos à recuperação/compensação de créditos, referente ao PASEP, no valor de R\$ 332.600,00, a despeito da inexecução do Contrato de Prestação de Serviços 5702/2010.
	9 - descrito no item 2.9.	JB 01	Não	Pagamento de despesas ilegítimas com juros e com multas, advindas de parcelamentos do PASEP, no valor de R\$ 1.965.429,22.
Sr. Adão Nunes - ex-Secretário Municipal de Receita	8 - descrito no item 2.8.	JB 01	Não	Houve pagamentos irregulares à Empresa URBIS (Instituto de Gestão Pública), relativos à recuperação/compensação de créditos, referente ao PASEP, no valor de R\$ 332.600,00, a despeito da inexecução do Contrato de Prestação de Serviços 5702/2010.

II. **Determinar o ressarcimento** ao erário municipal de Rondonópolis, com fundamento no artigo 70, II, da Lei Complementar nº 269/2007 c/c artigo 285, II, da Resolução nº 14/2007 e 7º da Resolução Normativa nº 17/2016:

- dos valores de **R\$ 593.711,04** (Serv. Saúde) e de **R\$ 925,77** (RGPS-INSS), a ser realizado pelo Sr. Percival Santos Muniz, ex-prefeito de Rondonópolis, que autorizou os pagamentos em atraso, com imputação de débito dividido em solidariedade com o Sr. Jamilio Adozino de Souza, secretário de finanças, que



de fato efetuou os pagamentos, em razão dos juros e multas decorrente de repasses em atraso aos Serv. Saúde e ao RGPS- INSS, relatado nos achados de auditoria nºs 1 e 2;

- do valor de **R\$ 141.337,43** aos cofres municipais, em razão de restituição indevida promovida pelo Poder Executivo Municipal, devendo a devolução recair sobre os Srs. Percival Santos Muniz e Fabrício Miguel Correa, a empresa BR Reformadora, Mecânica Diesel, Peças e Serviços LTDA EPP, com fundamento no art. 70, II, da Lei Complementar nº 269/2007.
- do valor de **R\$ 224.000,00** aos cofres municipais, por causa de alienação de bem público por valor inferior ao de mercado/avaliação, devendo a devolução recair sobre os Srs. Percival Santos Muniz, Adnan José Zagatto Ribeiro, Édio Gomes da Silva e a Sra. Elysangela Soares de C. Lira, com fundamento no art. 70, II, da Lei Complementar nº 269/2007.
- do valor de **R\$ 290.000,00** aos cofres municipais, referente à perda de bem imóvel público, devendo a devolução recair sobre os Srs. José Carlos Junqueira de Araújo e Valdemir Castilho Soares, com fundamento no art. 70, II, da Lei Complementar nº 269/2007.
- do valor de **R\$ 332.600,00** aos cofres municipais, em razão de pagamentos por serviços não prestados, devendo a devolução recair sobre o Sr. José Carlos Junqueira de Araújo, o Sr. Adão Nunes e a Empresa URBIS – Instituto de Gestão Pública, com fundamento no art. 70, II, da Lei Complementar nº 269/2007.
- do valor de **R\$ 1.965.429,22**, referente a despesas com juros e com multas advindas de parcelamentos por ausência de apropriação do PASEP na época correta, devendo a devolução recair sobre o Sr. José Carlos Junqueira de Araújo, a Sra. Regina Celi Marques Ribeiro e a Empresa URBIS – Instituto de Gestão Pública, com fundamento no art. 70, II, da Lei Complementar nº 269/2007.

III. Encaminhar, para conhecimento e adoção de providências cabíveis, cópia do relatório conclusivo e da deliberação que vier a ser proferida ao Ministério Público Estadual do Estado de Mato Grosso.



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Interino Luiz Carlos Pereira

Telefone: (65) 3613-7589/3613-7588

e-mail: gab.lui Carlos@tce.mt.gov.br

É o relatório.

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA TERCEIRA RELATORIA DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, em Cuiabá, 04 de Maio de
2018.

Marcelo Takao Tanaka
Auditor Público Externo

Sérgio Henrique Pio de Sales
Auditor Público Externo